

**UM MUSEU E DOIS PERCURSOS (NEM TÃO) DIVERSOS: REDES DE SOCIABILIDADE NAS TRAJETÓRIAS DE JESSY CHEREM E CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA****A MUSEUM AND TWO (NOT SO) DIVERSE PATHS: NETWORKS OF SOCIABILITY IN THE TRAJECTOIRES OF JESSY CHEREM AND CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA**

Resumo: O presente artigo é fruto de discussões em conjunto gestadas a partir do encontro de duas pesquisas de doutorado que tratam das trajetórias de uma mulher e de um homem, Jessy Cherem e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Esses personagens tiveram atuações de certa forma distintas, mas seguiram por trajetos profissionais que se cruzaram em um local específico: o Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC. A partir de um arcabouço diversificado de fontes e lançando mão da ideia de "redes de sociabilidade", o artigo explorou os caminhos percorridos por eles e observou que essas trajetórias individuais se inseriam em redes de sociabilidades pertencentes a uma elite política atuante em Santa Catarina e que ambos participavam de projetos políticos e culturais mais abrangentes a essas redes ligados, aqui exemplificados pelo processo de implantação do MHSC.

Palavras-chave: Redes de sociabilidade, Trajetórias, Museu Histórico de Santa Catarina.

Abstract: This article is the result of joint discussions based on the meeting of two doctoral researches that deal with the trajectories of a woman and a man, Jessy Cherem and Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. In a certain way these characters played different roles, but they followed professional paths that crossed in a specific space: the Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC. From a variety of sources and using the idea of "networks of sociability" the article explored the paths of these two characters and noted that these individual trajectories were inserted in networks of sociability linked to a political elite active in Santa Catarina and that both participated in broader political and cultural projects linked to these networks, exemplified here by the process that implemented the MHSC.

Keywords: Networks of sociability, Trajectoires, Museu Histórico de Santa Catarina.

Karla Simone Willemann Schutz

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
karlawschutz@gmail.com

Susane da Costa Waschinewski

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
sucosta@unescc.net



<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1127.13>

Considerações iniciais

Ao longo das últimas décadas é visível o maior interesse historiográfico em relação ao estudo de trajetórias e biografias. Esse entusiasmo crescente se deve em grande medida a um processo de revalorização dos indivíduos na história que se desenvolve a partir do progressivo abandono de uma concepção que ligava os estudos biográficos a uma maneira "positivista" de pensar a disciplina histórica. No decorrer desse percurso, mulheres e homens - e suas subjetividades - foram sendo reabilitados como objetos capazes de propiciar debates e reflexões acerca de diferentes momentos históricos. Longe de serem narrativas de culto ao individual e ao ser humano exemplar, atualmente, os trabalhos que se lançam à investigar trajetórias apontam para a multiplicidade dos sujeitos e de que maneira estes interagem com o espaço social (DOSSE, 2009). Essas investigações buscam trabalhar em várias escalas de observação (REVEL, 1998), explorando nesse jogo os caminhos percorridos por indivíduos singulares e mostrando a relevância destes no sentido de pensar sobre períodos e espaços mais abrangentes.

A tessitura do presente artigo surgiu do encontro entre duas pesquisas de doutorado¹. Cada qual das pesquisas trata da trajetória de uma professora e um professor: Jessy Cherem e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Apesar de atuações e alguns interesses, de certa forma, desiguais, esses indivíduos percorreram caminhos que se cruzaram em um local específico: o Museu Histórico de Santa Catarina - MHSC. Ambas as pesquisas integram o grupo de pesquisa *Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação* e o *Grupo de Estudos História da Cultura Escrita e Leitura* – GEHCEL e foi a partir dessa aproximação temática que foram percebidas algumas interfaces entre os objetos de estudo que puderam se desdobrar em reflexões conjuntas acerca das maneiras como alguns projetos culturais e políticos se desenrolaram em Santa Catarina em meados do século XX, como buscaremos apontar a seguir.

¹ A pesquisa "JESSY CHEREM (1929-2014): PERCURSOS DA PROFESSORA CATARINENSE E SEU ARQUIVO EM TRÊS TEMPOS", desenvolvida por Susane da Costa Waschinewski, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC e observa a trajetória de vida de Jessy Cherem com foco na sua atuação junto a instituições educacionais e culturais dentro e fora de Santa Catarina. Já a pesquisa intitulada "UM HISTORIADOR ENTRE-LUGARES: A HISTORIOGRAFIA CATARINENSE E A TRAJETÓRIA DE CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA (1963-2010), realizada por Karla Simone Willemann Schutz, com apoio financeiro do sistema de bolsas CAPES-DS junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC e investiga o percurso profissional do historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa por meio do mapeamento de suas redes de sociabilidade e da análise de suas obras e narrativas produzidas acerca dele.

A partir do "encontro" desses personagens, foi possível perceber que as trajetórias de ambos remetem a um contexto histórico específico do estado de Santa Catarina, e nesse ensejo, apontam para práticas existentes em alguns âmbitos da sociedade e da política catarinense que se materializaram, por exemplo, na criação do MHSC e no discurso histórico que este local almejava disseminar. Ainda, por estarem inseridos em redes de contatos sociais e políticos, de certa forma coincidentes, tanto Jessy quanto Carlos Humberto puderam participar de decisões e ascender a funções dentro do âmbito do Poder Executivo estadual. Em vista disso, para entender a maneira como ambos agiram e negociaram dentro de um "campo de possibilidades" foi importante destacar o papel que tiveram as "redes de sociabilidade" nesse cenário.

Desdobrada a partir da ideia de "sociabilidade", a perspectiva das "redes de sociabilidade" tem como principais referências os trabalhos do francês Maurice Agulhon. No final da década de 1960, Agulhon defendeu sua tese de doutorado utilizando a noção como o principal fio condutor na reflexão sobre as práticas políticas desenvolvidas na região francesa conhecida como *Provence*. De maneira geral, para o autor, a "sociabilidade" era uma característica própria a este grupo social que ajudou a compreender a relativa facilidade com a qual converteram-se em "republicanos" os camponeses da região, ou seja, como eles se tornaram agentes contestadores e inovadores politicamente dentro do cenário político francês. A partir do olhar proposto por Agulhon, a "sociabilidade" pode ser entendida não como um adjetivo (qualificando um ser que é ou não é sociável), mas uma maneira própria de viver em sociedade (Agulhon, 1992), sendo transitória e variável no tempo e no espaço.

Aqui a noção de "rede de sociabilidade" se refere a esta capacidade de determinados grupos compartilharem ideias e atuarem em projetos em comum a partir de elos de afinidade. Os contatos dentro destas redes se dão a partir de relações assimétricas entre os seus integrantes - alguns podem ter mais poder de "barganha" que outros -, porém o fato de pertencer a esta trama já permite ao participante ter acesso a questões que não estão ao alcance daqueles que estão à parte dela. Aqui essa perspectiva auxilia na problematização das possibilidades que se abriam a Cherem e Corrêa e de que maneira eles atuaram em diferentes espaços.

2 Trajetórias que se encontram...

Para entender o momento de encontro dessas duas trajetórias, antes de tudo é preciso investigar como cada uma delas se desenvolveu. Nesse sentido, é importante não negligenciar o papel que o espaço familiar e os percursos escolares também desempenham nesses contextos, pois entende-se que essas conjunturas atuaram diretamente na aquisição e manutenção de um *capital simbólico* (Bourdieu, 2007), que facilitou a incorporação destes personagens em certos meios². A partir dessa mirada, infere-se que o pertencimento de Jessy e Carlos Humberto a determinadas genealogias, da mesma forma que o seu “trabalho de manutenção [do que seria] necessário para produzir e reproduzir as relações duráveis” (Bourdieu, 1998, p.68), permitiu a transmissão e a apropriação do capital simbólico, bem como dos laços, compromissos e “gratidões” ao longo dos anos acumulados por seus ascendentes e familiares. Desta forma, a posse desse capital promoveu a inserção e permanência nessas redes de sociabilidade, compostas sobretudo, por outros personagens portadores de marcas de distinção muito similares.

Jessy Cherem nasceu no município de Tijucas (SC), em 24 de setembro de 1929 e faleceu em Florianópolis, em 1º de novembro de 2014. Ainda quando criança muda-se para Florianópolis com seus pais, Nila Cherem e José Cherem, comerciantes de origem libanesa. O endereço escolhido pela família naquele momento foi a rua Almirante Lamego, no centro da cidade. Jovem e integrante do ciclo de famílias tradicionais florianopolitanas, Jessy Cherem foi estudante no Colégio Coração de Jesus (Florianópolis). Na mesma instituição iniciou sua trajetória profissional, se formando como professora normalista em 1948 e ministrando aulas para as crianças da Sociedade Divina Providência³. No ano de 1962, assume função na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, ocupando o cargo de técnica educacional.

² Tomamos por empréstimo de Bourdieu também a noção de *capital social*, que se refere ao prestígio e a honra daqueles identificados como agentes no espaço social e o qual pode ser revertido em recursos de poder e influência. Enquanto o capital social, relaciona-se aos recursos baseados em contatos e participação em grupos, o capital simbólico é a forma que adquirem os diferentes tipos de capital – entre eles o capital social – quando são percebidos e reconhecidos como legítimos pela comunidade na qual o indivíduo está inserido (BOURDIEU, 1987).

³ A instituição pertence à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e mantém em Santa Catarina hospitais, colégios e obras sociais. A Congregação destina bolsas de estudos e promove projetos socioeducacionais que atendem à comunidade carente. Está localizada ao lado do Colégio Coração de Jesus, na capital catarinense.

Em 1962, Cherem foi selecionada para realizar um curso de aperfeiçoamento⁴ como bolsista no Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar - PABAAE, em convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Para participar do Programa, ela permaneceu um ano em Minas Gerais, realizando cursos e especializando-se em educação pré-escolar, com estágios em escolas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A formação tinha como objetivo conhecer as escolas pilotos do PABAAE-INEP e fortalecer um modelo educacional com base nos métodos que eram estudados e empregados no Programa.

Com a conclusão do curso ela retorna a Florianópolis, e como havia sido bolsista, deveria prestar serviços ao estado - como indicava o ofício da bolsa. A partir dessa necessidade, ela foi designada a atuar na diretoria de Educação e Assistência Social do município de Criciúma, onde estabeleceu residência entre 1964 a 1967⁵. Nesse cenário, seu deslocamento para a Criciúma parece ter encontrado eco em desejos políticos de mudanças no setor educacional do município, em especial na esfera de formação das professoras normalistas e de leigos⁶.

Sua vinda para Criciúma se deu a partir da articulação de alguns personagens políticos, entre eles podem ser mencionados: Renato Ramos da Silva (senador pelo estado de Santa Catarina, de 1964 a 1967 pelo Partido Social Democrático - PSD⁷), Arlindo Junkes (prefeito de Criciúma 1963-1966 pelo PSD), Antônio Guglielmi Sobrinho (vereador de Criciúma 1963 e em 1966 pelo PSD e deputado estadual de Santa Catarina 1967- 1971 pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA). Ao chegar à cidade, Jessy Cherem foi recebida pela família de Antônio Guglielmi Sobrinho, com quem permaneceu alguns dias até se acomodar nas dependências do

⁴ Alguns desses aspectos foram abordados na pesquisa intitulada “Biblioteca de Orientação da Professora Primária: as regras de civilidade no conteúdo de Estudos Sociais do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAAE (1956-1964)”. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/5151>> Acesso em: 15 jul. 2020.

⁵ Em Criciúma, lecionou no Colégio Madre Tereza Michel e residiu inicialmente nas dependências da instituição, em um quarto organizado pelas irmãs e destinado à sua estadia. Também ministrou aulas no Colégio São Bento e no Colégio Marista, todas escolas confessionais e particulares. Em paralelo, atuou como idealizadora do primeiro jardim de infância particular da cidade, que se chamou Jardim de Infância Pequeno Príncipe. Com essa implantação, Jessy pôde aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso de aperfeiçoamento do PABAAE.

⁶ Professores que não possuíam habilitação mínima para lecionar, ou seja a formação em nível médio, na modalidade de Curso Normal (antigo Magistério), nos quais eram formadas as professoras normalistas.

⁷ Partido político de alcance nacional fundado em 17 de julho de 1945 por interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Em Santa Catarina o partido teve sua trajetória ligada ao grupo oligárquico reunido em torno da família Ramos e seu principal, suposto, partido antagonista era a União Democrática Nacional - UDN. Assim como todos os demais partidos políticos atuantes no Brasil, o PSD foi extinto em 27 de outubro de 1965, por meio do ato Ato Institucional nº 2.

Colégio Madre Teresa Michel. No Colégio ela também atuou como professora no Curso Normal e prestou orientações aos responsáveis pelo Jardim de Infância da instituição.

Na transição de Jessy para uma nova cidade, alguns aspectos chamam a atenção, o primeiro se refere às redes políticas responsáveis por organizar a sua chegada em Criciúma. Essas redes eram compostas por senador, prefeito e vereador todos do mesmo partido acima mencionados e evidenciavam as articulações políticas que levaram ela a ocupar determinado cargo. Ao mesmo tempo, a chegada da personagem à cidade, demonstra a existência de campanhas e políticas que buscavam incluir Santa Catarina em projetos econômicos e sociais que ocorriam no cenário nacional nos anos de 1960 vinculados a ideias desenvolvimentistas. Havia em Santa Catarina, nesse período um interesse em formar e qualificar professores (em sua maioria leigos) que estava diretamente vinculado à expectativa de melhorar os índices educacionais, sobretudo, em relação ao ingresso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Essas iniciativas, *grosso modo*, causariam impactos na qualificação profissional dos trabalhadores em diversos setores econômicos (Auras, 1998). A participação de Santa Catarina no PABAAE-INEP, é um exemplo dessas tentativas de inserir o estado nas campanhas educacionais para a modernização econômica e do ensino⁸.

Outro aspecto que chama atenção nas articulações que resultaram na ida de Jessy para Criciúma é o papel desempenhado pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, pois a personagem desenhou parte de sua trajetória formativa no Colégio Coração de Jesus - CCJ, administrado pela congregação. Os caminhos que ligam Jessy a instituição atravessa tanto os seus percursos estudantis quanto docentes. Partindo dessa observação, intui-se que a vivência de Jessy junto ao Colégio parece ter sido relevante para o estabelecimento e manutenção de relações importantes. A Congregação que administrava o CCJ, em Florianópolis, atendia as filhas de uma elite composta por funcionários públicos e políticos (Cunha, Leal, 1991). Quando Jessy inicia seus estudos na instituição conhece várias irmãs e "filhas" dessa elite, constituindo assim uma rede importante de parcerias e de trabalho. Apoiada nessas redes, ela teve a oportunidade lecionar nas instituições filiadas a Congregação em Criciúma, Florianópolis e Curitiba. Um dos momentos onde pode ser percebido o acionamento destas redes ocorre quando Jessy é levada a deixar Criciúma e o cargo na Diretoria de Educação,

⁸ A jornada que leva Jessy Cherem para Criciúma, e posteriormente, para outros municípios catarinenses, pode ser traduzida como uma tentativa de disseminação das ideias de modernização educacional para as distintas regiões catarinenses. Quando esteve à frente da Diretoria de Educação em Criciúma, ela atuou na elaboração de políticas de planejamento e organização do setor educacional, além disso ministrou diversos cursos de formação para professores da região.

em decorrência das eleições e a troca do partido que passou a comandar o poder executivo municipal da cidade. Diante desse cenário, ela passa a residir em Curitiba (1967 a 1969), mantendo-se na cidade a partir da prestação de alguns serviços as irmãs da Congregação e da fundação de um jardim de infância particular.

Quando volta morar na capital catarinense, Jessy continua atuando no setor educacional até receber o convite para atuar na implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Em 1977, o governador Antônio Carlos Konder Reis nomeou Jessy Cherem para a direção do MHSC, função que ela assumiu em 4 de junho de 1977 (antes mesmo da instalação oficial do museu na Casa da Alfândega). Primeira diretora do museu, Jessy permaneceu no cargo até 1987. Nesse sentido, as circunstâncias que levaram Jessy Cherem a direção do museu parecem permear as redes políticas e sociabilidades, bem como se vinculam à história da criação do MHSC e ao desejo de que sua especialidade preservasse uma determinada visão da história catarinense. É também durante este período que sua trajetória se encontra com a do segundo personagem abordado neste artigo: Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, quando o mesmo era membro da equipe de trabalho para criação do Museu Histórico de Santa Catarina.

Filho de Ylmar de Almeida Corrêa e Avelina Pederneiras Corrêa, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa nasceu em Florianópolis no dia 11 de abril de 1941 e faleceu em La Paz, Bolívia em novembro de 2010. Ao longo da infância e adolescência Carlos Humberto, completou os cursos “Ginasial” e “Científico” no Colégio Estadual Dias Velho, uma das mais antigas instituições de ensino público de Santa Catarina, percurso que ele finaliza no ano de 1960. Sendo sua família pertencente a uma “elite” política e intelectual regional, foi curioso notar que Corrêa não tenha seguido os mesmos passos do pai ao ingressar numa escola de caráter público e com uma clientela menos “restrita” como aquela que atendia o Colégio Catarinense - local onde o pai e depois o filho de Corrêa completariam seus estudos.

Nesse cenário, algumas questões que envolvem tanto a presença do pai de Corrêa em certos círculos políticos quanto o processo de constituição do Colégio Estadual Dias Velho ajudaram a pensar sobre essa decisão familiar e como as redes de sociabilidade e políticas nas quais seus familiares estavam inseridos podem ter reverberado já nessa escolha. Segundo Norberto Dallabrida (2012), as três principais instituições de ensino da capital catarinense entre o início do século e meados do século XX eram o Colégio Catarinense, o Colégio Coração de Jesus e o Colégio Dias Velho. Em seu trabalho, Dallabrida apresenta informações importantes para investigar a trajetória escolar de Corrêa junto Colégio Dias Velho: um destes pontos se refere à presença de nomes vinculados às redes do pai de Corrêa, Ylmar. Como exemplo desses

personagens pode ser citada a deputada Antonieta de Barros, que era filiada ao mesmo partido de Ylmar, o PSD, bem como exerceu sua legislatura na Assembleia Legislativa do Estado em período concomitante. Antonieta foi diretora do Colégio Estadual Dias Velho nos períodos entre os anos de 1945 e 1948 e entre os anos de 1950 e 1951, momento que coincide com a presença de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa entre os alunos da instituição.

Após a conclusão dos cursos “Ginasial” (1956) e “Científico” (1960), Corrêa ingressa no ano de 1961 na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no curso de História, tornando-se em 1965 bacharel e licenciado. Posteriormente, em 1967, Corrêa tornaria-se professor deste mesmo curso. Num primeiro olhar, a sua trajetória estudantil pareceu corresponder a tantas outras que foram traçadas por diversos jovens estudantes da cidade de Florianópolis da sua mesma geração. No entanto, ao aprofundarmos o olhar em relação aos laços familiares deste historiador e os lugares pelos quais circulou, saltaram aos olhos as redes políticas e de sociabilidade nas quais ele estava inserido. Tais redes, por sua vez, em grande medida, se colocaram como uma herança de família, um legado que parece ter permitido de alguma forma que ele ocupasse durante a sua vida profissional funções que iam além daquela de professor da UFSC e que estavam ligadas a instituições culturais e políticas do estado de Santa Catarina e da cidade de Florianópolis.

Observando os indícios de sua trajetória profissional percebeu-se que o trânsito entre a Universidade e a política é algo que remete já aos primeiros anos de atuação de Corrêa. Quando ainda era estudante de graduação do curso de História da UFSC, em 1963 ele com apenas 22 anos de idade é alçado a função de diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis – MAMF (Laus; Bortolini, 2002), cargo que ocupa até 1969 quando é transferido para a Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Santa Catarina onde permanece como diretor até 1975, ano no qual supostamente teria assumido a função de Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis⁹.

Em relação à passagem de Corrêa pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social de Florianópolis, vale destarte ressaltar que as fontes que mencionam este fato apontam para lugares divergentes. Enquanto o currículo encontrado ao final do livro de autoria de Corrêa *Lições de Política e Cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e Relações com o Poder* indica o ano de 1975, o Boletim editado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa

⁹ Os indícios encontrados em relação a esta passagem de Corrêa pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social de Florianópolis não possibilitam afirmar com precisão o ano em que este personagem está vinculado a este órgão.

Catarina - IHGSC¹⁰, logo após o falecimento do historiador, informa que ele assume essa função somente no ano de 1976. Quando questionado em entrevista, Esperidião Amin – prefeito da cidade entre julho de 1975 a agosto de 1978 – afirmou que Corrêa nunca exerceu tal função durante o seu governo (Amin, 2018). Tais “desencontros”, juntamente com a localização de outros indícios, sugerem que Corrêa não teria efetivamente exercido o cargo acima referido e seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis no período só se manifesta por meio de sua participação na Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - COTESPHAN.

A atuação de Corrêa junto a COTESPHAN, uma comissão responsável por deliberar acerca da preservação de diversas construções e espaços históricos de interesse da cidade de Florianópolis, por sua vez, leva ao papel de “voz autorizada” que este historiador desempenhava (Richter, 2009). A participação junto a comissão acima referida, além de corroborar o papel de destaque que tinha Corrêa dentro de discussões relevantes relacionadas a preservação do patrimônio histórico de Florianópolis e também de promoção de determinadas narrativas sobre a história do estado, ainda nos leva aos debates que ligam a trajetória de Corrêa a trajetória de Jessy Cherem: o Grupo de Trabalho para implantação do MHSC formado em 1977 e a particular maneira pela qual a história catarinense foi abordada nesse processo - como se verá a seguir.

A partir destes breves relatos biográficos é possível perceber que Jessy Cherem e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa tem alguns elementos coincidentes em suas trajetórias, dentre eles destaca-se a possibilidade que ambos tinham de se inserir em círculos políticos e intelectuais de uma elite catarinense. É partindo dessa constatação e das suas atuações junto ao processo que implantou o Museu Histórico de Santa Catarina, um projeto que alude a práticas que se conectam a história da Santa Catarina, que pode-se refletir acerca das maneiras como se movimentavam e se alinhavam grupos de uma elite política e intelectual catarinense.

3 Caminhos que levam ao Museu

As alterações no cenário da capital do estado de Santa Catarina durante a década de 1970 são representativos para pensar mudanças também no discurso político e cultural que aos poucos se espraíram pelo estado. Nessa paisagem, é possível perceber um contexto de mudanças que se dão sobretudo a partir de um expressivo crescimento populacional

¹⁰ IHGSC. **Boletim**, Florianópolis, n.150, dez. 2010. p.1

consequência da chegada de novos habitantes vindos de outras regiões de Santa Catarina ou de estados como Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A vinda desses novos moradores, somada a outros processos políticos e econômicos, aos poucos foi transformando a paisagem da cidade (Lohn, 2016).

Em tal ambiente de migração e de transformação urbana da capital do estado, se destacam a obra de asfaltamento do trecho sul da BR-101¹¹ que contornava a parte continental de Florianópolis e a transferência da Eletrosul para a cidade, instituição efetivamente instalada no bairro Pantanal em 1977 (Faccio, 1997, p. 89). Nesse panorama, são percebidas políticas de planejamento urbano que aceleraram o processo de modificações que se desenrolava e atingiam de diversas maneiras os modos de vida de antigos e novos habitantes. Avistando no horizonte promessas de mobilidade social e consumo, de certa forma, uma grande parte da população tinha a partir de então o desafio “de construir lugares de convivência com o compartilhamento do trabalho entre familiares e suas redes de conhecidos num ambiente voraz e competitivo” (LOHN, 2016, p.272). Sendo assim, esses habitantes, de maneiras diversas, sentiram na pele “os impactos socioculturais decorrentes da alteração de ritmos sociais e temporalidades” (LOHN, 2016, p.277). Porém, como se verá a seguir, a partir dos próprios percursos de Cherem e Corrêa, as mudanças urbanas e sociais em Florianópolis – ao menos entre as décadas de 1960 e 1980 – não alteraram de maneira expressiva “as relações de poder nas quais se assentava a distribuição de favores e espaços” (Lohn, 2016, p.317).

Esse cenário marcado por rupturas e permanências, por sua vez, instiga a pensar sobre o fato de que a ideia da criação do Museu - dedicado a contar a história "oficial" do estado - emergiu no momento em que esta história poderia estar "ameaçada" pela chegada de novos moradores, de certa forma, alheios à certas práticas de sociabilidade e culturais próprias dessas comunidades e também de uma suposta "história catarinense". Acompanhando essa perspectiva, parece iminente a necessidade desses agentes em contar a história de Santa Catarina para aqueles que chegavam "de fora" e com ela não estavam familiarizados. Ao longo desse processo, se vê, portanto, que pareceu fundamental pensar tanto em soluções políticas para a complexidade que o crescimento populacional impunha, quanto em políticas culturais

¹¹ A partir da década de 1950, muitas capitais brasileiras presenciaram um processo de expansão e crescimento, diferentemente de Florianópolis, que viveria pelo menos até a década de 1970 um período de certo “isolamento”. Movimento catalisado pelo fim das atividades do porto da cidade em meados da década de 60, e que perdurou até pelo menos o início dos anos 1970 momento do asfaltamento da rodovia BR-101. Anteriormente a esta obra, no período supracitado, o único elo de ligação terrestre entre Florianópolis e outras cidades era uma rudimentar estrada sem pavimentação, com um trecho que contornava o mar e que não podia ser utilizado em épocas de maré cheia (FACCIO, 1997, p. 14).

que forjassem narrativas históricas e identitárias para o estado que estivessem de acordo com os pressupostos desenvolvimentistas do período.

Nesse panorama, alguns grupos políticos operaram a constituição discursos que criaram a imagem do "catarinense" operando um corte que diferenciaria o "povo" catarinense de homens e mulheres vindos de outros lugares do Brasil. Para tal objetivo aqueles que estavam a frente desse projeto precisavam, a um só tempo, contar com a existência de instituições políticas e culturais que disseminariam esse discurso e com a atuação de representantes como Jessy Cherem e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa.

A historiadora Katianne Bruhns aponta que, em Santa Catarina durante as décadas de 1970 e 1980 as instituições museológicas, como o MHSC, emergiram também como *locus* privilegiados para a disseminação de discursos históricos sobre o estado e seu povo. A partir de uma lógica que satisfazia aqueles que estavam à frente da política estadual, esses espaços passaram a contribuir com narrativas que almejavam criar a representação de uma identidade genuinamente catarinense, como aquela propagada pela ideia do "catarinensismo"¹². Nessa conjuntura, o MHSC se colocou também como uma ferramenta política do governo estadual que buscou exaltar e afirmar a figura do "bom político", não curiosamente, em período concomitante ao processo de reabertura política que se desenrolava após duros anos de ditadura civil-militar (Bruhns, 2010, p.19).

Inserida nesse panorama, em 1976, Jessy Cherem recebeu um novo desafio profissional que desenhava novos caminhos para sua trajetória, não especificamente no campo educacional, e sim no setor cultural. Isso ocorre com a sua indicação para direção do MHSC, um fato que possibilita desdobrar muitas questões sobre a criação do MHSC, como a definição de sua especialidade e a própria função que Jessy desempenhou nesse processo. Entre os tópicos passíveis de análise estão os traços das redes políticas em que ela estava inserida e que estão materializados na sua relação com o governador do estado de Santa Catarina Antônio Carlos Konder Reis e no seu encontro com Carlos Humberto Pederneiras Corrêa junto ao projeto de implantação do Museu.

A escolha do nome de Jessy Cherem para direção ocorreu no início da criação do MHSC e pareceu estar atrelada ao projeto político inicial da instituição. O MHSC foi criado pela Lei

¹² Desenvolvida por Theobaldo da Costa Jamundá em livro lançado em 1974, a expressão "catarinensismo" apontava para o fomento de um modelo cultural que pudesse integrar a heterogeneidade étnica e cultural do estado, forjando para o homem e para a mulher catarinense uma identidade própria que os diferenciasses dos demais estados da federação. Nesse discurso, o catarinense seria o resultado de uma hibridização cultural contraditória que separava, ao invés de fundir, as diferentes culturas.

nº 5.476, de 4 de outubro de 1977, no governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), e tinha como objetivo constituir um espaço museológico que privilegiasse a história de Santa Catarina, o qual deveria ser referência para os demais municípios do estado. A publicação da Lei nº 5.476 determinou também a criação de um grupo de trabalho (Decreto nº 2138, de 17 de janeiro de 1977), que atuaria na elaboração do projeto inicial para garantir a implantação do museu.

Após o decreto, tal grupo passou a reunir-se semanalmente na sede do IHGSC com vistas a elaborar o projeto de implantação do MHSC. Meses depois da primeira reunião, a documentação foi entregue ao governador e nele constava a proposta da especialidade do museu: “a História Política do nosso Estado”¹³.

A indicação a direção do Museu Histórico de Santa Catarina ocorreu por parte direta do governador Antônio Carlos Konder Reis, antes mesmo da entrega do projeto e do relatório final elaborado pelo grupo de trabalho. Sendo assim, a nomeação de Jessy se deu sem o conhecimento da especialidade temática que o grupo propunha e sem a consulta de uma possível sugestão por parte do grupo que trabalhava na proposta do mesmo. Partindo dessa observação e levando em consideração que Jessy era uma professora com experiência em administração educacional, mas que não era uma referência no campo da museologia e não tinha uma vivência junto a administração museológica, poderia-se interrogar sobre as motivações do governador em elegê-la como diretora e qual o papel que as redes de sociabilidade tiveram nesse processo.

No mapeamento de conexões e das possíveis ligações que convergiram na indicação de Jessy como diretora do MHSC, entram em cena outros personagens que apontam para existência de uma teia de relações que ligam o nome de sua família a espaços de sociabilidade por onde circulavam uma elite política atuante em Santa Catarina. Entre esses personagens está Nilton José Cherem, irmão mais velho de Jessy, que era advogado por formação e ao longo de sua trajetória profissional atuou em vários cargos e funções políticas-administrativas. Outro personagem que se destaca nesse panorama de redes políticas é Dib Cherem, primo de Jessy, o qual teve uma longa trajetória profissional e política em Florianópolis atuando em diversos cargos de confiança, por indicação e eletivos.

¹³ Palavras do Historiador e professor Jali Meirinho quando da entrega, ao senhor Governador Antônio Carlos Konder Reis, do Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina, no dia 07 de junho de 1977. Documento datilografado e anexado ao relatório.

Tendo como base a circulação desses dois nomes ligados a família Cherem, infere-se que a indicação de Jessy Cherem foi fruto de uma conjunção de fatores que partem de sua experiência profissional, mas também da presença de seus familiares em cargos políticos e do próprio trânsito nos círculos sociais florianopolitanos em que estavam inseridos, como é o caso de seu outro irmão e suas irmãs. Enquanto seu irmão Gerson Cherem atuou como advogado em Florianópolis, suas irmãs eram comerciantes na cidade, Saly Cherem da Rocha era proprietária de uma confeitaria na região central e Janete Cherem Fonseca proprietária de uma boutique.

Ao problematizar a inserção destes diversos personagens em um panorama político referente ao estado de Santa Catarina, observa-se nesse contexto a presença de uma cultura política catarinense – ou seja, a existência de um "conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos" (Motta, 1996, p.5) –, a qual promovia o estabelecimento de redes políticas, nas quais as famílias de tanto de Jessy, quanto de Corrêa estavam inseridas.

Como sugere Patrícia May, a formação das “elites” políticas catarinenses, em especial no início do século XX, se deu por meio de indivíduos “ligados entre si no dia a dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classe, ou [...] através das atividades desempenhadas na esfera política” (May, 1998, p.45). A capital do estado, Florianópolis, replicava esta lógica e nas relações sociais que decorriam em seu espaço eram visíveis as redes de relacionamento estabelecidas entre determinado conjunto de famílias que, por sua vez, constituíam uma cultura política que se baseava “na busca de prestígio e de favores por intermédio de núcleos de poder localizados em especial nos grandes partidos políticos e em algumas instituições controladas por esta mesma lógica de parentesco” (Campos; et al., 2010, p.266).

Em seu turno, a participação de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa junto a comissão que elaborou os princípios e contornos que teria o MHSC parece ser uma reverberação principalmente da atuação de seu colega de trabalho e amigo Jali Meirinho como presidente da Comissão. No entanto, não se pode perder de vista, que essa participação foi referendada pelo capital simbólico anteriormente constituído por Corrêa e pela sua inserção nessas redes de sociabilidade. Dentre os intelectuais que se relacionaram a rede de Corrêa, Meirinho parece ser aquele com quem mantém as relações mais firmes e próximas. Além de companheiros de trabalho no Departamento de Cultura, já no início da década de 1960, e no Departamento de História da UFSC, ambos foram integrantes do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras - ACL. De forma que não é surpreendente notar a presença de Meirinho em empreendimentos

nos quais Corrêa estava envolvido em uma parceria que se prolonga até o falecimento de Corrêa em 2010.

Outro elemento que parece importante no estreitamento de nós entre esse grupo de personagens políticos e intelectuais é a sua associação à instituições como o IHGSC e a ACL. Nesse caso, parece sintomática a presença do próprio governador Antônio Carlos Konder Reis, envolvido no projeto do Museu, entre os membros da ACL. Desde o início do século XX a ACL se constituiu um espaço de sociabilidade e de prestígio para os que compartilhavam essa mesma cultura política "catarinense". A ela estiveram ligados homens e mulheres que circulavam pelo cenário político do estado e por instituições de ensino e culturais, como a UFSC, a UDESC e o IHGSC. Essa instituição congregava personagens com diferentes profissões, mas que compunham uma "elite" à parte e dela participavam por exemplo ex-governadores, deputados, médicos, jornalistas e professores com projeção no cenário catarinense.

Além dos espaços acima elencados, vale ressaltar no sentido de evidenciar estes laços, a atuação em conjunto destes intelectuais em outros projetos relacionados ao campo das políticas culturais em âmbito estadual. Entre essas iniciativas, pode se destacar a publicação - com o apoio do Departamento de Cultura do Estado (naquele momento coordenado por Corrêa) do pequeno livro *As instituições da cultura catarinense*, de autoria de Jali Meirinho quando este exercia a função de diretor da Unidade de Ciência do Departamento de Cultura. Com prefácio de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, a publicação *grosso modo* apresenta Santa Catarina a partir de uma perspectiva "histórica e sócio-cultural", almejando elucidar aos leitores o que era entendido como a "realidade catarinense" (Meirinho, 1970). Entre os tópicos tangenciados pelo livro está a alusão ao projeto político desenvolvido pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e aos diversos grupos teatrais, museus, escolas e bibliotecas estabelecidos no estado naquele momento. Por sua vez, dentro da política do Departamento, situava-se a promoção, por todo o estado, de pesquisas e ações culturais em áreas disciplinares como Artes, Ciências e Letras.

Mas o que aqui se deseja colocar em relevo é a conexão desse projeto com ações que culminaram na instituição do Museu Histórico de Santa Catarina, pois entre um dos tópicos abordados por Meirinho em seu livro estava a necessidade de constituição de um museu que abrigasse um capaz de representar a cultura catarinense, em especial, como levantado anteriormente a "História Política Catarinense". Como desdobramento destes anseios, formase em 1977 o grupo de trabalho para a promoção dessa empreitada. Um grupo formado por

homens e mulheres de diversas formações e representando diferentes instituições que teria 120 dias para fazer um levantamento de peças que poderiam integrar o acervo, bem como sugerir quais os próximos passos a serem tomados para que a criação do museu se viabilizasse.

Nesse quadro, vê-se que Corrêa e Cherem desempenham papéis diferentes, porém às responsabilidades a eles conferidas pode ser atribuída igual importância, já que suas contribuições permitiram a concretização do projeto do Museu. Corrêa nesse processo se apresentou como um articulador de ideias, atuando nos "bastidores" junto aos outros integrantes da comissão e pensando a política do museu. No escopo dessa política - importante ressaltar, idealizada por parte de uma elite intelectual e política do estado - ficou registrada a memória e a identidade que deveriam ser lembradas, a qual apontava para uma perspectiva histórica e cultural homogeneizante (Bruhns, 2010, p.111). Colocando em evidência objetos de valor vinculados a personagens de destaque na política, o "acervo sob a tutela deste museu deveria relembrar à população os feitos das figuras consideradas relevantes" (Bruhns, 2010, p.106).

Já Jessy se colocava como uma executora dessas ideias, mantendo um canal de comunicação com diversas prefeituras dos municípios catarinenses e visitando familiares de ex-governadores, com o intuito de reunir peças para compor o acervo, bem como, de dispor elas no museu, criando uma expografia. Durante sua gestão ela também desenvolveu inúmeros projetos voltados para receber a visita de escolas, dando assim visibilidade ao Museu, atraindo o público para conhecer suas exposições. Entre as iniciativas registradas nos relatórios anuais do MHSC estavam o ciclo de exposições "Comemorações mensais sobre vultos históricos" (realizadas a partir de 1977) e o projeto "O Museu e a Criança" (concretizado em 1979), o qual contou com a exposição temporária sobre o "Governador Gustavo Richard, em memória aos 50 anos após sua morte"¹⁴. Nesses exemplos é flagrante o caminho adotado por Cherem, que segue pelas trilhas sugeridas pelo grupo que delineou as políticas do Museu e constrói narrativas dedicadas a homenagear personalidades ligadas a uma elite circunscrita ao mundo político catarinense.

¹⁴ Relatórios elaborados por Jessy Cherem durante suas gestões entre os anos de 1977 a 1986.

Considerações finais

Ao longo do artigo buscamos apresentar discussões desdobradas a partir de duas pesquisas que privilegiam o método biográfico e o estudo de trajetórias e como o diálogo entre estas evidenciou intersecções entre histórias de vida e particularidades da história política catarinense. As trajetórias de Jessy Cherem e Carlos Humberto Corrêa em interface com a implantação do MHSC foram o ponto de saída e chegada para pensar sobre um recorte da história de Santa Catarina. Nesse breve delineamento pode-se perceber tanto a promoção de determinadas políticas culturais por parte do governo do estado quanto quem eram e como se organizavam alguns dos personagens atuantes nesse cenário. Além disso, as redes de sociabilidades políticas e intelectuais a qual estavam ligados se mostraram fundantes na capacidade que eles tiveram de compartilhar e por suas ideias em prática.

A relevância dada a história política catarinense que atravessou a formação do MHSC, por sua vez, pareceu ser eco dos próprios interesses daqueles que estão envolvidos no grupo de trabalho (não só Corrêa e Cherem) voltado a sua implantação. Esses intelectuais falavam, portanto, a partir das balizas de seu próprio *métier*, ou como coloca Michel de Certeau, a partir de seu "lugar social" (CERTEAU, 2008). Com base em tudo que foi exposto, pode depreender-se que o encontro destes personagens na empreitada que dá origem ao Museu deixa entrever que essas questões eram pensadas por uma "elite" que contava no museu a sua própria história. Além disso, ambos eram privilegiados dentro de um cenário político e social e souberam aproveitar o "campo de possibilidades" que em diferentes momentos a eles se abriu.

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa e Jessy Cherem não foram apenas "ferramentas" nas mãos do governo do estado, que por meio deles concretizou alguns de seus anseios em relação ao campo cultural catarinense. Ao aproximarmos nossas lentes de observação, foi possível notar em seus percursos que os projetos que abraçaram não podem ser separados dos lugares e redes que herdaram e pelas quais circularam. Ou seja, ambos atuaram em muitos momentos em uma linha tênue entre a defesa de suas convicções e os interesses de governos e grupos políticos. Dentro das opções que a eles se apresentavam, conseguiram estabelecer negociações entre suas ideias e os horizontes possíveis, sempre adaptando, moldando e reinventando o capital simbólico herdado de seus antecessores e garantindo assim a manutenção de determinado status e a possibilidade de atuação em diversos locais do mundo político e cultural do estado.

Por meio da aproximação realizada entre os percursos de Carlos Humberto e Jessy Cherem, foi possível, portanto observar a possibilidade de operar análises mediadas entre histórias de vidas únicas e experiências de determinadas grupos reunidos através de redes de sociabilidades. A partir do que foi apresentado, compreende-se que a trajetória percorrida ao longo de uma vida pode ser compreendida como “uma totalidade aberta, sociável, que não está isolada e se alimenta de relações. Entretanto, o indivíduo é também um mundo em si, único, singular, inteiramente diferente de todos outros” (Loriga, 2011, p.129).

Bibliografia

AGULHON, Maurice. La sociabilidad como categoría histórica. In: PEREIRA, Teresa (org.) **Formas de sociabilidad en chile 1840-1940**. Santiago: Fundación Mario Góngora, 1992, p.1-10.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Modernização econômica e formação do professor em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal Of Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1987.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998,

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAMPOS, Emerson César de; et al. **Florianópolis no Tempo Presente**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos; LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Pesquisando o cotidiano de um colégio religioso feminino (Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/ 1895-1968)**. Relatório de Pesquisa. INEP/ Brasília; UFSC/ Florianópolis, 1991.

DALLABRIDA, Norberto. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 167-192, 2012.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

LAUS, Harry; BORTOLIN, Nancy Therezinha. **Museu de Arte de Santa Catarina**: biografia de um museu. Florianópolis: FCC, 2002.

LOHN, Reinaldo. **Artífices do futuro**: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2016.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MEIRINHO, Jali. **As instituições da cultura catarinense**. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura, 1970.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História Política e o conceito de cultura política. In: X Encontro Regional da ANPUH – MG, 1996. Mariana/MG. **Anais ...** Uberlândia/MG: ANPUH, 1996.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICHTER, Fábio. **Corpo e alma de Florianópolis**: corpo e alma de Florianópolis: o patrimônio cultural na ação do governo do município - 1974 a 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Entrevistas

AMIN, Esperidião. Entrevista concedida a Karla Simone Willemann Schutz, Florianópolis, 9 de abr. 2018. Entrevista.

Recebido em: 23/07/2020

Aprovação em: 21/01/2021

RLAH

Agosto/Dezembro de 2022

